

Carlos Antonio Napión: o legado para a indústria e a formação militar do Exército Brasileiro

*Alexandre Marques de Medeiros**
*José Carlos Meireles da Silva***

Introdução

Feste estudo pretende apresentar o legado deixado pelo Tenente-General Carlos Antonio Napión ao Exército Brasileiro, nos setores da indústria militar e na formação do oficialato, na ocasião em que ocorreu a transmigração da Família Real para a colônia portuguesa, episódio que marca o início do Período Joanino. Com a ameaça de invasão das tropas francesas ao território português, “em 24 de novembro de 1807, o Conselho de Estado, chefiado por Dom João, reuniu-se e decidiu”¹ transferir toda a Corte para o Brasil.

Para Riccardo Fontana, o processo de mudança da Corte portuguesa não foi um simples ato de fuga, pelo “contrário, uma operação sofrida, porém ponderada e planejada”². Essa movimentação também possibilitou a transferência de todo o aparato burocrático, que logicamente geraria a necessidade de desenvolver a colônia para sua própria acomodação e defesa.

A decisão de transferência da Corte para o Brasil trouxe uma série de resultados, especialmente nos campos da educação, da indústria militar, da infraestrutura urbana e da cultura. Nesse sentido, a colônia portuguesa passou a ter plenas condições de criar, anos depois, as bases para sua independência política em relação à metrópole portuguesa.

Entre os ilustres fidalgos que viajaram rumo ao Brasil, estava presente, na embarcação Príncipe Real, Carlos Antonio Napión, militar, de origem italiana, nascido na cidade de Turim, em 30 de outubro de 1756³, filho do Senador Carlo Giuseppe Amedeo Valeriano Napione (Magistrado do Reino) e da senhora Maddalena Maistre, de descendência de nobre família piemontesa. Homem dotado de grande inteligência, que teria sido contratado pelo príncipe regente, indicado pelo Conde de Linhares, para compor a equipe de pessoas das mais distintas ordens do Estado

* Cap QAO (CFS/1990, CAS/2000, CHCAO/2015). Graduado em História (FFCG-FEUC/1997), pós-graduado em História do Brasil (2000) e História Contemporânea (FFCG-FEUC/2001) e História Militar (UNIRIO/2007). Membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

** ST QMS Intendência (CFS/1987, CAS/1997) Licenciado em História (UFAM/2003) e Geografia (UNICESUMAR/2020), mestrado em História (UNIVERSO/2017) e pós-graduado em Docência do Ensino Superior (Universidade Cândido Mendes/2009). Atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

português, com a finalidade de reestruturar o Exército de Portugal.

Antes de ser contratado pela Coroa portuguesa, Napión, em sua terra natal, desempenhou inúmeras funções, como, por exemplo, “Coronel do Exército, Diretor do Laboratório Químico Metalúrgico e do Museu de Mineralogia; membro do conselho de Minas e Inspetor de Minas. Como escritor e cientista, pertencia à Academia de Ciências de Turim”⁴, onde teve a oportunidade de publicar vários trabalhos. Além disso, lutou com heroísmo nas campanhas de 1793 e 1795 contra a França e, naquele último ano, foi designado inspetor de minas.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, que exercia a função de embaixador em Turim, ficou muito impressionado pela competência do militar. Em 26 de agosto de 1800, o conde recomendou ao governo de Portugal a contratação imediata do militar, com o objetivo de reorganizar e modernizar a artilharia do Exército Lusitano. Dois anos depois, Napión foi promovido a coronel, recebendo o cargo de inspetor-geral de oficinas. No ano seguinte, foi designado inspetor de artilharia e, ainda, em 1807, assumiu a função de diretor do Arsenal da Guerra de Portugal.

Já no Brasil, o Tenente-General Napión exerceu, com maestria, diversos cargos importantes, dentre os quais se destacam: Inspetor-Geral da Real Junta de Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições; Diretor do Arsenal Real do Exército, atual Arsenal de Guerra do Rio; Organizador e Diretor da Fábrica de Pólvora da Lagoa, e Diretor de Ensino e Presidente da Junta Militar da Academia Real Militar, montada na Casa do Trem, embrião da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Napión: o desenvolvimento da indústria militar brasileira no início do Século XIX

Segundo Fontana, a vinda da Família Real teria sido incentivada por George Canning, Ministro do Exterior inglês, que tinha muito apreço por D. João.

O príncipe regente, acolhendo as orientações daquela autoridade, resolveu publicar o decreto nos seguintes termos:

Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassalos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrifícios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassalos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassalos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha coroa. [...] Tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassalos, passar com minha rainha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até paz geral⁵.

Em 29 de novembro de 1807, a Família Real embarcou rumo ao Brasil, tendo como principais caravelas “*Príncipe Real, Alfonso de Albuquerque, Príncipe do Brasil, Rainha de Portugal, Medusa, Martim de Freitas e Conde Dom Henrique*”⁶. Segundo Fontana, na frente de Lisboa,

a capitânia inglesa Hibernia teria avistado 56 velas (36 de bandeira portuguesa e 20 de bandeira inglesa), sendo provavelmente este o número total dos navios de grande e de pequeno porte que formavam a frota luso-britânica⁷.

O autor afirma que algumas embarcações viajaram de forma independente em relação ao grosso da frota. Nesse sentido, as caravelas chegaram ao Brasil em portos e datas diferentes, como, por exemplo, Recife, Paraíba, Salvador, Cabo Frio entre outros locais. A maior parte da esquadra, no entanto, aportou na Bahia, em 23 de janeiro de 1808, supostamente a fim de realizar uma parada técnica de reparo e de abastecimento de gêneros secos e molhados para alimentar a tripulação.

A armada continuou sua viagem em direção ao Rio de Janeiro, aportando no destino, em 7 de março de 1808, com salvas de canhões das embarcações *Príncipe Real* e *Bedford*, simbolizando a chegada da Família Real. Embora não exista uma lista de passageiros, estima-se que foram transportadas entre “11.000 e 12.000 pessoas, sendo 7.500 homens das tripulações”⁸. Em estudos mais recentes, o professor inglês Kenneth H.

Light afirma que a transmigração da Corte para o Brasil foi uma decisão sábia e corajosa de Dom João em sair de Portugal.

A chegada da Corte Portuguesa possibilitou o desenvolvimento da indústria militar no Brasil. Para isso, foi confiado ao Tenente-General Napion a nobre missão de organizar e reformular as fortificações existentes no Brasil, objetivando aperfeiçoar a defesa da colônia portuguesa, uma vez que o príncipe regente temia que as guerras napoleônicas chegassem até o continente americano.

O Decreto de 13 de maio de 1808 publicou a nomeação de Napion para o cargo de Inspetor Geral da Artilharia da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Em 24 junho do mesmo ano, o Príncipe D. João baixou normas e atribuições para o novo inspetor geral, que “devia ficar a par do estado das forças sob seu comando, fardamento, armamento, os progressos obtidos pela tropa nos exercícios práticos a que tinham de se submeter”⁹. Além disso, deveria examinar “todas as fortalezas, baterias e fortificações de qualquer natureza, no que se referisse ao estado das mesmas, quer no armamento ou nas munições”¹⁰.

Em consequência, Napion adotou diversos procedimentos a fim de cumprir as determinações da Coroa portuguesa como, por exemplo, a reorganização do Arsenal Real do Exército, da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema e da Fábrica de Armas do Morro da Conceição. Organizou, também, a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, sendo esse estabelecimento criado para suprir em explosivo a demanda do Império Colonial Português. Ressalta-se que, antes, o Exército Lusitano era abastecido pela Fábrica de Lisboa.

Para Carlos Dittz Chaves e Marcelo Pereira Carvalho, para a implantação da Fábrica de Pólvora, Napion escolheu um local bem afastado da cidade, “às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, dentro da propriedade da família Freitas Castro”¹¹. Em consequência, em 13 de junho de 1808, o príncipe regente determinou que fosse incorporado

aos próprios da Coroa esta grande propriedade, onde se localizava um dos mais antigos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro, o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, estabelecido em 1575, pelo Governador Antonio Salema¹².

Em 1809, iniciaram-se os trabalhos para a construção das oficinas da Fábrica de Pólvora. As oficinas precisavam empregar a força motriz, com a finalidade de desenvolver suas atividades laborais e, para isso, foram arquitetadas próximas ao sopé do morro. Para atender a nova demanda, os construtores desviaram o curso d’água do riacho que existia na localidade em direção às instalações com a intenção de mover as rodas hidráulicas nelas instaladas¹³.

Em 1810, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa entrou em atividade. Em seguida, foi aprovado um acordo, estabelecendo que fosse considerada como contrabando a aquisição de explosivo fora das fábricas e administrações do Reino. A norma, no entanto, não impedia a importação de produto,

devido à interrupção do fornecimento de pólvora produzida em Portugal; apenas procurou forçar que a sua compra fosse realizada nas fábricas do Reino, para que estas também lucrassem com a comercialização do explosivo importado¹⁴.

Segundo Chaves e Carvalho, anos mais tarde, surgiu a ideia de mudar a Fábrica de Pólvora para outra localidade, uma vez que o rápido crescimento urbano do bairro de Botafogo e a “abertura do Jardim Botânico à visitação pública davam início à integração daquela região à malha urbana da capital do Império”¹⁵. Esse desenvolvimento regional poderia acarretar sérios transtornos, causando um grande risco à segurança da unidade fabril militar.

Em consequência, o Ministério da Guerra decidiu transferir o estabelecimento para outra localidade a fim de atender a exigência da norma técnica da época. Em 1826, tiveram início os trabalhos para a instalação de uma nova unidade produtora de pólvora, junto à Serra da Estrela, atual fábrica de explosivos da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Para Chaves e Carvalho, a construção da fábrica ocorreu de forma lenta, sendo concluída apenas em 1832¹⁶. Já a antiga oficina localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas começou a ser desativada a partir de 1831.

Nota-se que a missão de Napion era bastante ampla, competindo-lhe, à frente do Arsenal Real do Exército e da Casa das Armas, a responsabilidade por todos os trabalhos desenvolvidos nesses setores, como o refino do salitre e de carvoaria. Cabia a ele,

também, a incumbência pela aclimatação e propagação de espécies vegetais do Jardim Botânico e de plantas exóticas estabelecidas na Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Arsenal Real do Exército ocupou as instalações existentes na Ponta do Calabouço. Essa denominação foi dada a partir do Alvará de 1º de março de 1811, que criou o Real Junta da Fazenda dos Arsenais, Fábricas e Fundições da Capitania do Rio de Janeiro. Antes, porém, da chegada da Família Real, já funcionava a Casa do Trem. Para Antonio Pimentel Winz, a transmigração da Corte lusitana trouxe mudanças em diversas repartições reais existentes no Brasil. Essas transformações acabaram desocupando “vários edifícios para dar lugar a outras mais importantes; umas foram temporariamente extintas”¹⁷.

A Casa do Trem, supostamente teria sido construída em 1762, por Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, com a finalidade de atender a principal demanda do Exército Português, bem como armazenar material bélico daquela força militar. Segundo Winz, essa repartição

foi olvidada pelo Príncipe D. João, pois, devido à situação desfavorável no ultramar, os arsenais reais não mais podiam enviar, para o Brasil e outras possessões, armas e munições indispensáveis para a sua defesa¹⁸.

O autor ainda menciona que

fazia-se necessária maior atribuição àquela real repartição, com o fim de desenvolver os serviços de manutenção, consertos e manufatura de vários tipos de armamentos, inclusive canhões¹⁹.

Para isso, seria necessário adicionar mais recursos orçamentários a fim de atender as despesas da Casa do Trem (**figura 1**), uma vez que haviam aumentado os encargos com os artífices e operários especializados para a repartição. Em consequência, foram criados o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, por meio do Alvará de 28 de junho de 1808, o que acabou resolvendo a questão financeira. O documento assinado pelo príncipe regente e estruturado por seu congénere de Lisboa visava supervisionar todos os gastos das diversas repartições reais, quer fossem civis ou militares²⁰.



Figura 1 – Casa do Trem

Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Segundo Winz, a mão de obra empregada na Casa do Trem foi um fator preocupante, já que vários

soldados artífices trabalhavam-nos diversos ofícios ali existentes, como carpinteiros, latoceiros, ferreiros, funileiros, serralheiros, torneiros etc. [...] Muitos vinham ou eram requisitados da Fábrica de Armas da Conceição, quando se tratava de espingardeiros, coronheiros etc.²¹.

Outros funcionários eram oriundos da Ribeira das Naus (depois, Arsenal Real da Marinha), tendo a finalidade de prestar serviços de marcenaria, aqueles considerados mais complicados de serem elaborados. Com a intenção de resolver o problema da repartição, o príncipe regente determinou que fosse publicado o Decreto de 3 de setembro de 1810, criando a Companhia de Artífices para a Casa do Trem.

Sou servido mandar organizar uma Companhia, na conformidade do plano, que com este baixa, assinado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a qual, posto que seja anexa ao Regimento de Artilharia da Corte, deverá sempre considerar-se como destacada no Arsenal Real, e ficará diretamente às ordens do Inspetor Geral de Artilharia, e na sua falta, do Oficial Militar de maior patente que comandar no mesmo Arsenal²².

Embora a organização militar (OM) estivesse subordinada ao Regimento de Artilharia da Corte, mesmo assim, seria considerada destacada ao Arsenal Real do Exército.

Por consequência, debaixo das ordens imediatas do Inspetor Geral de Artilharia e, nos seus impedimentos, do oficial militar de maior patente que governar no dito Arsenal²³.

A OM foi estruturada no dia da formatura com o seguinte efetivo, conforme mostra o **quadro 1**.

Posto / Graduação	Efetivo
Capitão	01
1º Tenente	01
2º Tenente	01
2º Tenente agregado	01
Sargentos	02
Furriel	01
Cabos	04
Carpinteiros de machado e obra branca	37
Ferreiros serralheiros	20
Torneiro de madeira	01
Funileiro	01
Tanoeiro	01
Tambores	02
Soma	73

Quadro 1 – Efetivo da Companhia de Artífices
Fonte: Documento extraído do livro História da *Casa do Trem*, p. 224. Autor: Antonio Pimentel Winz

A instituição da companhia denota a preocupação do príncipe regente a fim de melhorar aquele estabelecimento, colocando-o em uma posição de destaque, ao lado das mais importantes repartições reais. Vale lembrar que outros estabelecimentos congêneres foram criados, com a finalidade de suprir a demanda da Coroa portuguesa:

A fábrica de canos de espingarda da Conceição, a fábrica de pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas e a necessidade de fundição de peças de artilharia vieram dar maior projeção ao antigo Arsenal do Trem, que precisava ser reorganizado totalmente com o fim de ser transformado num grande estabelecimento que atendesse não só à Corte e província do Rio de Janeiro, mas também a outras regiões brasileiras²⁴.

Napion atuou, ainda, na área da educação, após a instituição da Academia Real Militar, em 4 de dezembro de 1810, pelo príncipe regente. O estabelecimento, instalado na Casa do Trem, foi criado com a finalidade de formar oficiais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenheiros militares e civis, consagrando-se historicamente como o berço do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil.

A educação militar: a formação da oficialidade do Exército Brasileiro

Para falarmos da formação da oficialidade do Exército Brasileiro, temos que voltar ao Brasil colonial, antes mesmo da criação oficial do nosso Exército, ato realizado pelo Imperador Pedro I, por meio do Decreto de 1º de dezembro de 1824, que é considerado a certidão de nascimento da Força.

O grande marco da formação da oficialidade do Exército Brasileiro foi a criação, por Dom João, da Academia Real Militar (**figura 2**), pelo Decreto de 4 de dezembro de 1810. Na época, o militar designado como presidente da junta que dirigiu os trabalhos foi o Tenente-General Napion. A Academia Real Militar

absorveu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1792, que não oferecia estrutura que atendesse aos anseios de defesa exigidos pelo novo contexto.

O ato de criação da academia caracterizou uma ampla reformulação do ensino militar, já que procurou reunir os melhores professores nas áreas das ciências matemáticas, das ciências de observação e das ciências militares, tudo em prol do Exército, que já contava, em sua constituição, com o maior percentual de brasileiros.

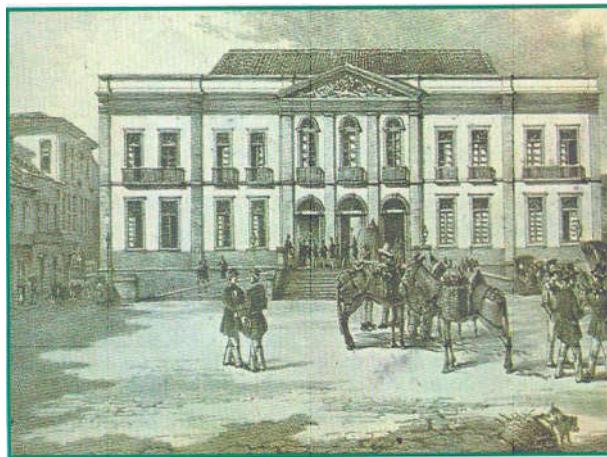


Figura 2 – Academia Real Militar no Largo de São Francisco (litografia de Bertichem, 1856)

Fonte: Extraída do livro *O Tenente-General Napione*, de Riccardo Fontana

Nesse período, o príncipe regente intencionava criar no Brasil as bases da formação de um grande império. Para isso, estruturou a defesa da colônia pelo aprimoramento da formação dos militares do exército, em sua maioria, brasileiros. É preciso, ainda, citar que Portugal possuía um Exército que não poderia suprir as necessidades de defesa exigidas pelas intenções de Dom João.

A Academia Real Militar funcionou, inicialmente, em caráter provisório, por dois anos, na Casa do Trem, de 1810 até 1812. Após esse período, passou a funcionar no Largo de São Francisco. O General Aurélio de Lyra Tavares, em seu livro *Nosso Exército, Essa Grande Escola*, diz:

Foi, sem dúvida, o funcionamento da Academia Real Militar, no edifício antes destinado à Sé Nova, no Largo de São Francisco de Paula, em 11 de abril de 1812, que o ensino superior do nosso Exército, dez anos antes da independência, na capital da colônia, ganhou a sua pedra fundamental, para começar a constituir o grande núcleo de formação da elite profissional e cultural do futuro Exército do Império com os oficiais brasileiros nela matriculados.²⁵

Em 1º de março de 1858, no mesmo edifício da Academia Real Militar, que, desde 1822, já havia mudado seu nome para Imperial Academia Militar (1823-1831), Academia Militar da Corte (1832-1838) e Escola Militar (1839-1857), foi criada, pelo Decreto 2.116, a Escola Central do Exército (1858-1874). Desde 1823, a academia aceitava a matrícula de civis que não tinham o compromisso em realizar a formação militar, ou seja, a partir desse momento, surgia a engenharia civil, e a academia, além de ser o berço da formação da oficialidade do Exército, passou também a ser o berço da engenharia civil, sendo o único centro de formação de engenheiros no Brasil, tanto civis como militares, e objetivava dar suporte ao Exército no que diz respeito à engenharia militar, tão necessária na política externa empreendida pelo Império Brasileiro. Foram alunos dessa academia: Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), Patrono do Exército Brasileiro, matriculado em 1818, e Emílio Luís Mallet, Patrono da Arma de Artilharia, matriculado em 1823.

A fundação da Academia Real Militar representou uma verdadeira transmissão de conhecimentos da metrópole portuguesa para sua colônia, já que a presença do príncipe regente no Brasil trouxe a necessidade de maior segurança militar, o que seria suprido com a formação de oficiais com sólido conhecimento acadêmico.

O curso da academia era muito semelhante ao curso de matemática da Universidade de Coimbra, e dividia-se em: um curso de matemática, que durava quatro anos, e um curso militar, que durava três anos. A outra semelhança era a direção da academia ter sido conduzida por uma junta de professores denominada Junta Militar, cujo primeiro presidente foi Carlos Antonio Napion.

Após a Guerra do Paraguai, o ensino militar foi reformulado por meio do Decreto 5.529, de 17 de janeiro de 1874, pelo qual a formação militar foi separada da formação de engenharia civil, sendo transferida para a Praia Vermelha, com o nome de Escola Militar do Brasil, enquanto a Escola Central do Exército deixou de pertencer ao Ministério da Guerra, sendo transferida para o Ministério do Império, passando a ser denominada Escola Politécnica.



Figura 3 – Academia Real Militar no Largo de São Francisco (atual prédio da UFRJ)

Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Entre os professores da Escola Militar do Brasil, podemos citar o General Roberto Trompowski Leitão de Almeida e o Tenente-Coronel Benjamim Constant. Também ali estudaram figuras que se destacariam como grandes chefes dentro do Exército, como Rondon, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes e José Pessoa Cavalcanti.

A Escola Militar do Brasil funcionou na Praia Vermelha até 1904, quando se insurgiu contra o governo do presidente Rodrigues Alves durante a Revolta da Vacina. Após esse acontecimento, ocorreu uma mudança de mentalidade em relação ao ensino, sendo o principal líder reformista o Marechal Hermes da Fonseca. Na época, os chefes militares chegaram à conclusão de que a Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, ministrava um ensino equivocado, mais voltado

para o bacharelismo, e não para o profissionalismo militar, ou seja, dava ênfase ao ensino que valorizava questões científicas, políticas, filosóficas e matemáticas, em detrimento da formação do verdadeiro oficial combatente, aquele que estaria preparado para defender a pátria.

Um exemplo que pode ser citado para confirmar a opinião dos chefes militares da época foi a atuação do Exército em Canudos. Dentro dessa nova mentalidade, foi implantado o novo regulamento de ensino de 1905, que marcou a mudança de um ensino ligado ao bacharelismo para um ensino ligado ao profissionalismo militar, que perdura até os dias atuais.

Essa nova orientação dividiu a formação dos oficiais em quatro escolas: Escola de Guerra de Porto Alegre; Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria; Escola de Artilharia e Engenharia e Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

A formação de oficiais das armas de infantaria e cavalaria se realizava nas escolas de formação situadas no Rio Grande do Sul, em duas fases: a primeira fase preliminar, teórica e prática, na Escola de Guerra de Porto Alegre; e a segunda, profissionalizante, na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, onde, ao final do curso, o aluno era declarado aspirante a oficial.

A formação dos oficiais das armas de artilharia e engenharia era realizada nas escolas de formação situadas no Rio de Janeiro, também em duas fases. Para serem matriculados, porém, os alunos teriam que cumprir um pré-requisito, que era já ter concluído os cursos de infantaria e cavalaria das escolas anteriores, ou seja, a formação na Escola de Artilharia e Engenharia, localizada em Realengo, e a sua complementação realizada na Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, localizada em Santa Cruz. Em 1913, as escolas voltaram a ser reunidas em apenas uma, com a denominação de Escola Militar do Realengo (**figura 4**).

Sobre a Escola Militar do Realengo, o General Aurélio de Lyra Tavares cita:

Como estabelecimento mais representativo do Ensino do Exército, ao tempo em que Olavo Bilac empolgava a juventude, na campanha cívica pelo Serviço Militar, de que ele foi o grande

apóstolo, a Escola Militar do Realengo, regida por nova organização e nova mentalidade, marcava o advento de uma nova época em que a formação dos cadetes passava a ter o objetivo fundamental de preparar oficiais para a guerra e para as missões estritamente militares, com vistas ao emprego do Exército, tanto na guerra como nos outros serviços em tempo de paz, no preparo cívico da juventude, como nas ações e empreendimentos em proveito do desenvolvimento do país e da sua destinação constitucional precípua²⁶.

Entre os alunos dessa Escola Militar que se destacaram como grandes chefes, podem ser citados Euclides Gaspar Dutra, Euclides Zenóbio da Costa, Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, João Batista Mascarenhas de Moraes, Aurélio de Lyra Tavares, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira Figueiredo.

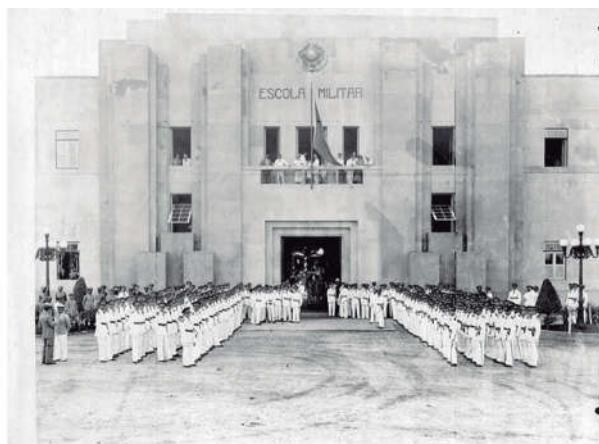


Figura 4 – Escola Militar do Realengo
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

A formação da oficialidade do Exército ocorreu na Escola Militar do Realengo até 1945, quando o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, foi criada a Escola Militar de Rezende (1944-1951), sob a idealização do Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que verificou a necessidade de adequação aos novos tempos, quando o Brasil mudava a sua doutrina de guerra, antes francesa, para a norte-americana. A academia, a partir de 1951, passou a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras (figura 6).



Figura 5 – Escola Militar do Realengo (atual QG 9ª Bda Inf Mtz)
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Novamente, devemos recorrer às palavras do General Aurélio de Lira Tavares, que disse o seguinte:

A Academia Militar das Agulhas Negras, conforme o feliz conceito do General Francisco Pondé, teve como “célula mater” a Academia Real Militar, a grande Escola do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. E a sua história, destinada à mesma grande missão das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo, terá que ser escrita, como parte integrante dos nossos dias²⁷.



Figura 6 – Academia Militar das Agulhas Negras
Fonte: Extraída do livro *Napion: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Esse foi o caminho percorrido pela formação da oficialidade brasileira, caminho iniciado durante o período colonial brasileiro sob a direção pioneira de Napion, que teve uma participação ativa e reconhecida

no campo do ensino militar, comprovada nas fontes primárias a seguir, pertencentes ao Arquivo Histórico do Exército (figuras 7 e 8).

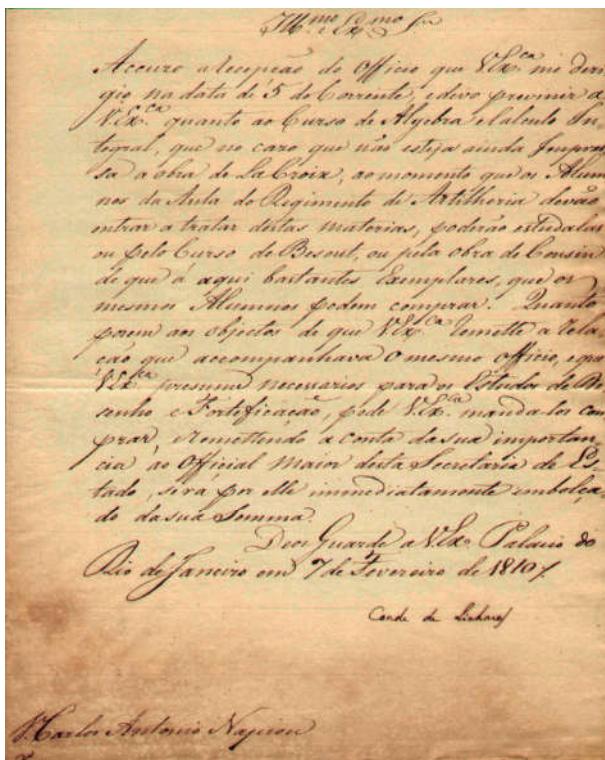


Figura 7 – Napión e o ensino

Fonte: Extraída do livro *Napión: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
Acenzo a recepção do Ofício que Vossa Exceléncia me dirigiu na data de 5 do corrente, e devo prevenir a Vossa Exceléncia quanto ao Curso de Álgebra e Cálculo Integral, que no caso que não esteja ainda impressa a obra de Lacroix, ao momento que os alunos da aula do Regimento de Artilharia devam entrar a tratar destas matérias, poderão estudar ou pelo há aqui bastantes exemplares, que os mesmos alunos podem comprar. Quanto porém aos objetos de que Vossa Exceléncia remeteu a relação que acompanhava o mesmo ofício, e que Vossa Exceléncia presume necessários para os estudos de Desenho e Fortificação pode Vossa Exceléncia mandá-los comprar, e remetendo a conta da sua importância ao oficial maior desta Secretaria de Estado, será por ele imediatamente embolsado da sua soma.

Deus guarde a Vossa Exceléncia.

Palácio do Rio de Janeiro em 7 de fevereiro de 1810.

Conde de Linhares

Sr. Carlos Antônio Napión

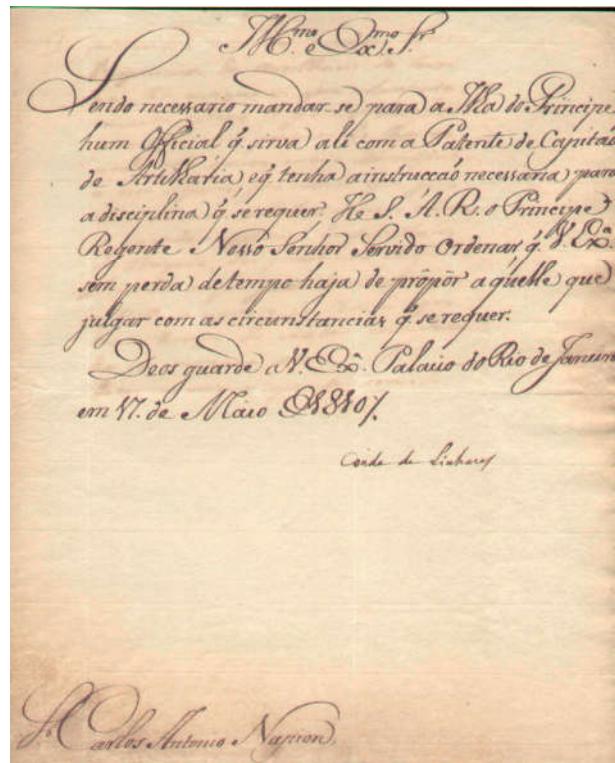


Figura 8 – Napión e o ensino
 Fonte: Extraída do livro *Napión: revolucionário do ensino e da indústria militar brasileira*. Autores: Fernando José Campos Guimarães e Alexandre Marques de Medeiros

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Sendo necessário mandar-se para a Sua Alteza Real do Príncipe, um oficial que sirva até com a patente de Capitão de Artilharia e que tenha a instrução necessária para a disciplina que se requer. Ilustríssimo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nossa Senhor servido ordenar, que Vossa Exceléncia sem perda de tempo haja de propor aquele que julgar com as circunstâncias que se requer.

Deus guarde a Vossa Exceléncia. Palácio do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1810.

Conde de Linhares

Sr Carlos Antônio Napión

Conclusão

Napion, durante os seis anos em que esteve no Brasil, foi subordinado de três Ministros da Guerra: Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares), Dom João de Almeida Melo e Castro (Conde das Galveas) e Dom Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar). Ele foi o responsável direto por implementar no Brasil tudo o que fosse necessário para garantir a segurança do governo português recém-instalado no país. Para isso, atuou no campo industrial e no ensino militar, ambos muito incipientes no final do século XIX.

No que concerne à indústria, Napion reformulou inúmeras repartições que já existiam no Brasil, bem como criou outros estabelecimentos para atender a demanda da Coroa portuguesa. Esses setores possibilitaram o desenvolvimento da colônia portuguesa durante o Período Joanino.

Quanto à formação militar, merece destaque a implantação, sob a presidência de Napion, da primeira academia de formação de oficiais brasileiros, tendo esse feito representado uma grande contribuição para que a independência política brasileira se consolidasse em 1822, garantindo, assim, o final de um processo iniciado em 1808.

Nesse sentido, podemos concluir que Carlos Antônio Napion foi o pioneiro da reestruturação e da elaboração da indústria militar brasileira. Além disso, criou o “Berço da Formação da Oficialidade Brasileira” no país, época em que ocorreu sua nomeação para Presidente da Real Junta Militar da Academia Real Militar, primeira academia de formação da oficialidade brasileira, sendo considerado o precursor na implantação do ensino militar no Brasil. Importante lembrar, ainda, que Napion é considerado o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Referências

- EME. **História do Exército Brasileiro**, Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, 4. ed., Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napione**. Brasília: Ed. do Autor, 2006.
- FROTA, Guilherme de Andréa. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 2000.
- GOMES, Laurentino. **1808**. Brasil. Ed. Planeta, 2007.
- PILLAR, Olyntho. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BIBLIEEx, 1981.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Manuscritos da Casa do Trem**. Xerox do Brasil S.A. Reproduções Gráficas, 1972.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro: BIBLIE, 1985.

WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962.

Fontes impressas

Coleções das Leis e decisões do Império do Brasil, 1808-1831.

Coleção Ministros e patronos – pasta Carlos Antonio Napión – AHEX.

Notas

¹ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 60.

² FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 65.

³ O Professor Germain Rigault de La Longrais, Diretor do Departamento de Ciências Físicas, afirma que Napión nasceu em Turim em 31 de outubro de 1756 e morreu no Rio de Janeiro em 27 de junho de 1814. A citação está publicada no livro: *O Tenente-General Napióne*, de Riccardo Fontana, p. 25.

⁴ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Manuscritos da Casa do Trem**. Xerox do Brasil S.A. Reproduções Gráficas, 1972, p. 86.

⁵ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 61.

⁶ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 62.

⁷ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 62.

⁸ FONTANA, Riccardo. **O Tenente-General Napióne**. Brasília: Ed. Do Autor, 2006, p. 63.

⁹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

¹⁰ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

¹¹ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 60.

¹² Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 60/61.

¹³ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 61.

¹⁴ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 61.

¹⁵ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 62.

¹⁶ Revista do Exército brasileiro. **As raízes do Exército**. vol 131 nº 4 – Out/Dez 1994. ISSN 0101-7184, p. 62.

¹⁷ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

¹⁸ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

¹⁹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 219.

²⁰ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 220.

²¹ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 223.

²² WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 223.

²³ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 224.

²⁴ WINZ, Antonio Pimentel. **História da Casa do Trem**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962, p. 225.

²⁵ TAVARES, Aurélio de Lyra, **Nosso Exército, essa grande escola**. p. 24.

²⁶ TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1985, p. 34.

²⁷ TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1985, p. 40.